

Encruzilhada decisiva para o País

20 JAN 1996

União da República

Se o País não for capaz de controlar o déficit público agora, e estamos nos referindo ao déficit nos três níveis de governo, provavelmente jamais o fará. É muito arriscado fazer uma afirmação como esta, mas a impressão que se tem é de que o Brasil chegou hoje a uma encruzilhada decisiva quanto ao controle das contas públicas, como consequência direta do processo de estabilização monetária em que está empenhado.

Chegou a hora da verdade e de dizer a verdade sem constrangimento, e ela está sendo dita. Depois de examinar um conjunto de tabelas elaboradas por técnicos da área econômica, o ministro da Administração Federal, Luiz Carlos Bresser Pereira, declarou sem reboços que a União não tem como conceder qualquer reajuste aos servidores públicos nos próximos meses. Essa situação de aperto resulta de gastos desregrados em 1995, por artes da isonomia, que acabou proporcionando um aumento médio real de 28,5% aos funcionários federais, pressionando excessivamente o déficit público.

Com essa constatação, é diretamente afetado o reajuste dos funcionários estaduais e municipais, já que o aumento dos servidores federais sempre foi a sinalização ou a baliza para a concessão de elevação dos salários em outras esferas da administração pública. E, sendo o déficit público um só, este vem a ser mais um motivo para o governo central adiar o reajuste, permanecendo na expectativa de uma reestruturação ampla dos quadros em decorrência da emenda de reforma administrativa.

Não são poucos os que interpretam tais atitudes como sendo de inspiração "neoliberal", como evidência da incapacidade do governo de reconhecer a gravidade de outros problemas estruturais ou simples má vontade para com aqueles que prestam serviços ao Estado, etc. As pessoas que assim pensam deixam de considerar que a situação a que chegamos resulta de anos e anos de descalabro, de empreguismo desenfreado, da concessão de benefícios extraordinários, pelos quais os governos atuais não são responsáveis, cabendo-lhes tão-somente tomar medidas para evitar o pior, que seria a demissão de milhares de funcionários, estando muitos estados e municípios diante da impossibilidade de pagar a folha

**A reforma
administrativa
impõe-se
por uma questão
de equidade
de direitos**

de pessoal. E, quando podem pagar, isso provoca um grave desfalque à sua capacidade de investimento.

Veja-se o exemplo de Santa Catarina. O governador Paulo Afonso Vieira, no propósito de não deixar que as despesas de pessoal de seu estado sejam superiores a 65% da receita líquida, como dispõe a Lei Rita Camata, estabeleceu o bloqueio de parte dos vencimentos dos funcionários mais graduados, sempre que essa margem fosse ultrapassada. Os que se julgaram prejudicados moveram uma ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), a qual foi liminarmente acolhida pelo

ministro Celso de Mello. Foi reconhecida a validade da fixação de um teto salarial de R\$ 6 mil, com a ressalva de que não estariam aí incluídas vantagens individuais, mas, quanto ao bloqueio, aquele magistrado concluiu que feriria o preceito constitucional de irredutibilidade de salários. Resultado previsível: o governador vai ter de demitir funcionários não estáveis para manter as despesas dentro do limite.

Sem entrar no mérito jurídico da decisão, que deve ainda ser examinada pelo plenário do STF, ela vem demonstrar como é crítica a posição em que se encontram hoje os governantes no Brasil, dos quais a população exige realizações, o cumprimento de reivindicações válidas, mas que vêm a sua ação administrativa tolhida pelos mecanismos de proteção ao mercado de trabalho de uma categoria de cidadãos.

Quanto se não bastasse, há outro exemplo ainda mais dramático. O presidente Fernando Henrique Cardoso não tomou ainda nenhuma decisão, o 1º de Maio está longe, mas admite-se que o salário mínimo não venha a ter um aumento real naquela data ou tenha um aumento apenas simbólico. Por quê? Não por causa das empresas. Mas porque muitos estados e municípios não teriam meios para pagar o novo salário a seus funcionários que recebem o piso (e eles são inúmeros, principalmente nos estados mais pobres).

Este é o quadro. A reforma administrativa vai ter de se impor porque o direito de alguns não pode sobrepôr-se ao de toda a coletividade.